

## PLENÁRIA DA CONDSEF

# Garantir os reajustes e organizar novas batalhas em 2009

Conforme o Sindsep-DF vinha alertando, o governo de fato ameaça utilizar o art. 322 da MP 441 para postergar reajustes dos servidores federais. O pretexto é a crise do capitalismo. Desde outubro o Senador Delcídio Amaral, relator do orçamento 2009, vinha se reunindo com diversas autoridades do governo – incluindo o presidente do Banco Central e Ministros do Planejamento e Fazenda – e anunciando a possibilidade de cortes que poderiam atingir acordos que o governo fechou com a categoria.

Na aprovação do Orçamento 2009, dia 19.12 pela Câmara, as ameaças voltaram. Já está previsto o contingenciamento

(suspensão do gasto) de R\$ 20 bilhões, no primeiro trimestre.

## ■ Marcha dos servidores em março

A Plenária da Condsef, realizada em Porto Alegre de 4 a 6 de dezembro, discutiu longamente a crise e as lutas de 2009. Foi convocada uma Marcha dos Servidores para março. Será lançada a campanha salarial 2009 e a luta pela paridade ativo-aposentado-pensionista.

Por unanimidade, foi rejeitada toda tentativa do governo de jogar o ônus da crise sobre os trabalhadores. A preparação da luta para garantir os reajustes começa numa reunião de entidades marcada para meados de janeiro.

Na discussão estatutária, foi aprovada a proposta do Sindsep-DF de que haja proporcionalidade para eleição de delegados a encontros e congressos e que seja calculada com base no efetivo número de votos recebidos pelas chapas que disputam as indicações (votos válidos).

No caso dos Departamentos, foi mantida a forma atual de eleição, nos Congressos da Condsef, juntamente com as chapas que disputam a Direção Nacional e Executiva da entidade. O Sindsep-DF defendia a eleição diretamente pela base, em encontros específicos, inclusive com a destinação de verba estatutária para seu funcionamento.

## Retaliação na SRH-Planejamento?

*Em nome do que e de quem estão se preparando para agir?*



17.12: enquanto o Ministro Paulo Bernardo dialoga embaixo de chuva com os servidores, há gestores que ameaçam a repressão na SRH

É inaceitável que servidores que são dirigentes sindicais sofram retaliações por estarem cumprindo deliberações das Assembléias e dirigindo a luta da categoria. É inaceitável que seja utilizado o pretexto de soluções “técnicas e de gestão” para retirar funções comissionadas, DASs ou gratificações de servidores que estão à frente da luta da categoria.

Nenhuma suposta justificativa “técnica” para a retirada de gratificações de dirigentes sindicais apagaria o fato de que a SRH estaria pretendendo

intimidar e retaliar para estancar a luta pela extensão da GSISTE. O Sindsep-DF, a Condsef e a CUT não aceitarão tais atitudes que colocam em questão todo o processo negocial e a convivência democrática com as entidades sindicais.

### Reunião na SRH

A conversa dos servidores com o ministro rendeu uma reunião com a SRH. Mas o resultado dela não foi positivo porque foi reafirmada a posição anterior de que a distribuição da GSISTE será mantida por cotas. Confira a íntegra da matéria no [www.sindsep-df.com.br](http://www.sindsep-df.com.br)

## 246 delegados sindicais tomam posse

Em 17.12 foram empossadas 38 Seções Sindicais com o total de 246 delegados. Compromisso assumido pela atual diretoria, a construção das Seções Sindicais de fato têm como maior desafio aproximar ainda mais a entidade de seus filiados, funcionando como o sindicato no local de trabalho, com Coordenador, Secretário e Tesoureiro,



além de verba própria para seu funcionamento. Nos locais onde há um maior número de filiados

também há outros delegados, além dos três que ocupam os cargos. Os diretores e conselheiros fis-

cais do Sindsep também integram a Seção Sindical do seu local de trabalho.

Nesta nova fase, já está

marcado um curso de capacitação para os dias 16 e 17 de fevereiro de 2009. Nele, além da discussão e aprovação do Regimento das Seções, serão discutidas orientações para condução das mobilizações, construção da pauta de reivindicações específicas de cada setor e participação nas reuniões de negociação.

▶ HFA

## Ato reabre negociações com Planejamento

Após ato organizado pelo Sindsep-DF em frente ao Ministério do Planejamento, dia 15.12, a diretoria do sindicato foi recebida pela Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento. Na ocasião, foi acordado pelas partes prorrogar o Termo de Acordo assinado com os empregados públicos para até o dia 31 de mar-

ço de 2009, prorrogável por mais 30 dias. Nesse período, deverão acontecer as discussões para a regulamentação da progressão funcional.

A questão da redução da carga horária dos empregados públicos será tratada junto ao Ministério da Defesa e poderá ser solucionada por novo acordo coletivo.

▶ ESAF / ENAP / IRBr

## Sindsep recorrerá à Justiça para garantir a GAEG

O Sindsep-DF entrará com ação judicial para garantir o pagamento da Gratificação de Atividade de Escolas de Governo (GAEG) a todos os servidores titulares de cargos de provimento efetivo em exercício na Escola de Administração Fazendária (ESAF), na Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) e no Instituto Rio Branco (IRBr). Para integrar a ação, os servidores de-

vem providenciar os seguintes documentos: procuração específica; cópia autenticada em cartório da identidade e do CPF; cópia dos contracheques dos últimos três meses; e comprovação de que é titular de cargo público efetivo. O servidor que porventura não for filiado ao Sindsep-DF, poderá integrar a ação a partir do momento em que se filiar.

A extensão da GAEG,

instituída pela MP 441/08, estava sendo tratada pelo sindicato com a direção da ESAF, que, em reunião dia 13.11, havia se comprometido a continuar as negociações na primeira semana de dezembro (EG 309), o que não aconteceu até o fechamento desta edição. É na ESAF que os servidores vêm tendo dificuldades para receber a gratificação.

## Decreto garante ampliação da licença maternidade às servidoras federais

Foi publicado no Diário Oficial da União de 12.12, o Decreto 6.690, que disciplina a ampliação da licença-maternidade para as servidoras do Executivo Federal. O benefício, que aumenta de 120 para 180 dias o período de licença, vale a partir da data de vigência da Lei 11.770/08. As servidoras que já estão de licença maternidade ou aquelas

cujos afastamentos tenham se esgotado entre 10 de setembro e 12 de dezembro também podem requerer a prorrogação. As servidoras adotantes também têm seus direitos garantidos no decreto. Diante de qualquer problema no cumprimento da norma, que não venha a ser resolvido pelo Recursos Humanos do órgão, a servidora deve procurar o Sindsep-DF.

▶ AGU

## Plano de carreira urgente!

Protelação, este é o entendimento dos servidores da AGU diante da suspensão da reunião do GT dia 18.12. Sem definir uma data, o governo transferiu a reunião para janeiro de 2009. Vale lembrar que desde que foi criada, em 1993, a AGU tem em seu quadro um número grande de servidores requisitados. Atualmente, são 1,6 mil requisitados, dos quais 186 são funcionários de empresas públicas.

O próprio TCU, no Acórdão 1571/08, na análise do relator ministro Marcos Vileça, recomenda à direção da AGU que “se empenhe na adoção de providên-

cias tendentes a suprir aquele órgão de quadro de pessoal efetivo de modo que o instituto da requisição passe a ser utilizado tão somente pelo tempo necessário”.

A necessidade de estruturação da carreira dos servidores da AGU foi justificada nas Exposições de Motivos (EM) 001 e 11, ambas de 2006, encaminhadas pelo advogado-geral da União, ministro Álvaro Augusto, ao presidente Lula, após vários atos organizados pela categoria cobrando a criação de um plano de carreira próprio e a realização de concurso público (EG 222).

▶ Anistiados

## Sindicato ganha ação para pagamento de retroativos

O Sindsep-DF ganhou na Justiça ação que condena a União a pagar indenização por danos materiais a servidor anistiado (Lei 8.878-94) que foi demitido durante o Governo Collor. A sentença em primeira instância foi dada pela juíza federal substituta da 17ª Vara, Cristiane Pederzolli Rentzsch. Os cálculos serão retroativos a cinco anos, a contar da data de retorno do anistiado, em junho de 2007. O Sindsep vai recorrer para que seja pago todo o período do afastamento e não apenas os últimos cinco anos. A União ainda pode recorrer da sentença.

### Expediente:

Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Distrito Federal – SINDSEP/DF – Fone: 3212-1900. Colaboraram nesta edição: Cleusa Cassiano, Edison Cardoni, Roberto Glauber, Oton Neves, – Secretaria de Comunicação e Imprensa: Edison Cardoni (Coordenador), Egaz Ramirez e Dayse Cristina (adjuntos) – Jornalista: Giselle do Valle DF2361JP – Assistente de Redação: Leide Santos. Estagiária: Cleide Portela – Diagramação: André Filho – Fotos: Jane Franco – Tiragem: 18.000 – Impressão: Intergraf – Contribua com a elaboração do “Esplanada Geral”. Envie as notícias do seu local de trabalho para os endereços eletrônicos: imprensa@sindsep-df.com.br ou cardoni@sindsep-df.com.br.